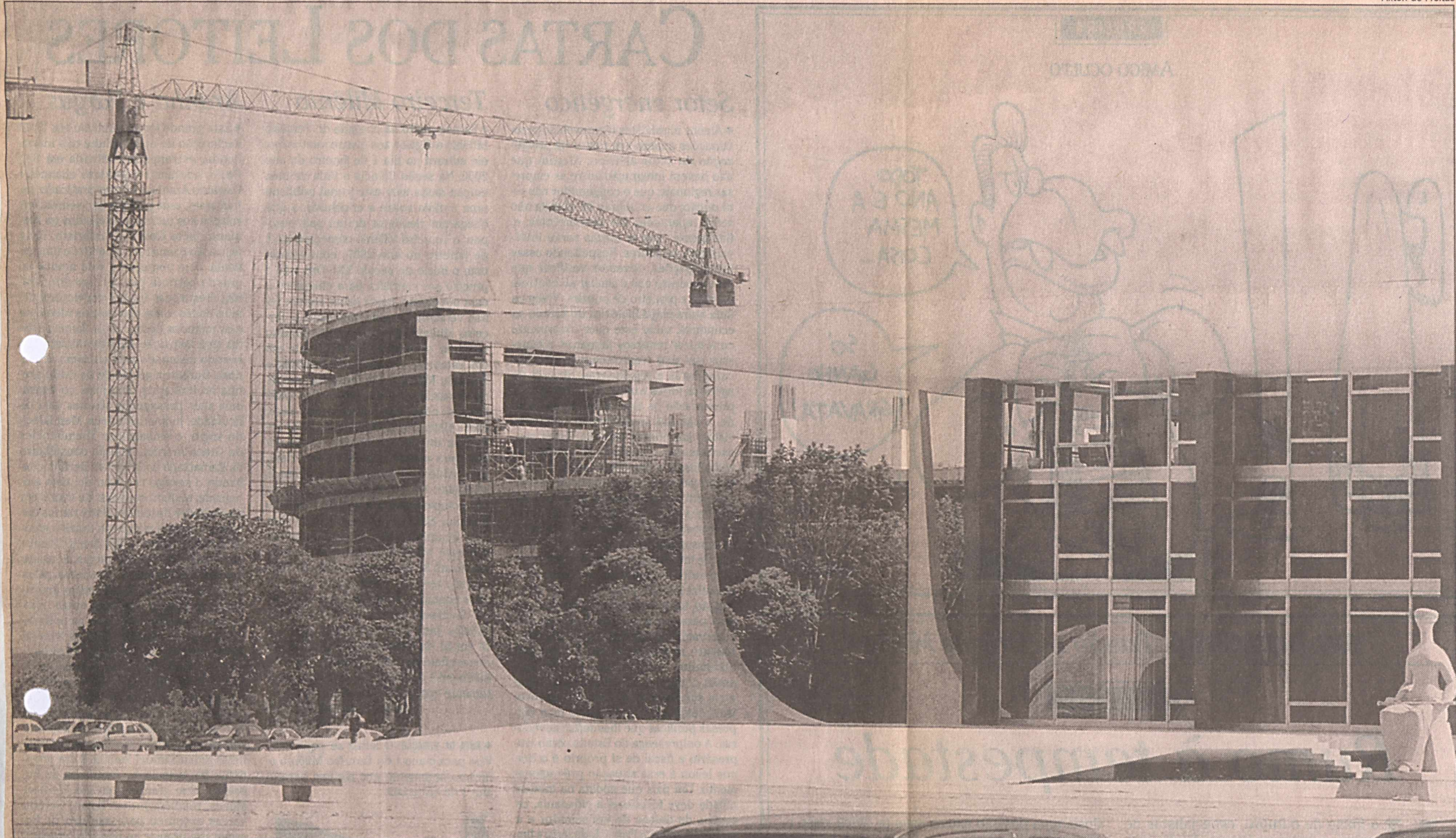




CONSTRUÇÃO DO ANEXO do STF, um projeto de Niemeyer: em carta a amigo, arquiteto dá explicações sobre levantamento do Siafi e alega que os preços cobrados por sua empresa incluem gastos com concreto, hidráulica e eletricidade

Brasília, a obra que só rende frutos para um criador

Niemeyer e Lúcio Costa planejaram juntos a capital, mas hoje o primeiro faz todos os projetos e recebe 14,3 mil por dia

Hugo Marques

• **BRASÍLIA.** Trinta e seis anos depois de sair das pranchetas de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, a capital federal continua em obras, e passando pelo crivo de um único arquiteto. Nos últimos dois anos, Niemeyer — ou melhor, a Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer, a mais requisitada de Brasília — recebeu do Governo federal, em média, R\$ 14,3 mil por dia útil por seus projetos. Tudo sem concorrência ou licitação por se tratar, no jargão do serviço público, de empresa de notória especialização.

O urbanista Lúcio Costa, que vive com dinheiro da aposentadoria, estranha que o antigo parceiro continue ganhando tanto dinheiro com a cidade que juntos planejaram. Lúcio Costa desaprovava os novos projetos. O mapa de Brasília tem a forma de um avião

e foi assinado pelos dois. É justamente na cabine do avião, a Praça dos Três Poderes, onde Niemeyer faz as principais modificações.

— Você tem certeza que o Niemeyer recebeu tudo isso? O cálculo não está errado? — perguntou Lúcio Costa ao saber do levantamento feito pelo Sistema de Administração Financeira da União (Siafi), que catalogou todas as notas fiscais emitidas por órgãos do Governo para a conta bancária da Arquitetura e Urbanismo Oscar Niemeyer.

Em 1995, foram R\$ 3,384 milhões em notas de empenho, segundo o levantamento obtido pelo GLOBO. O Siafi catalogou em 1996 mais de 40 pagamentos para Niemeyer, somando R\$ 3,971 milhões. Algumas notas superam R\$ 500 mil. Só nos últimos dois anos, a soma é de R\$ 7,3 milhões.

A Procuradoria-Geral da República já pagou R\$ 2,2 milhões para

Niemeyer projetar sua nova sede, nos fundos do Congresso, sem licitação, recorrendo ao artigo da Lei de Licitações que dispensa concorrência quando há inviabilidade de competição ou o serviço é feito por profissional de notória especialização. A assessoria de imprensa da Procuradoria informou que recorrerá à legislação referente ao patrimônio cultural, que asseguraria a Niemeyer a exclusividade da obra.

Glauco Campelo, diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), disse, porém, que a legislação não impede que outros arquitetos projetem edifícios nas proximidades da Praça dos Três Poderes. A legislação, explicou, não garante monopólio a Niemeyer ou a Lúcio Costa, apenas permite a aprovar automaticamente projetos dos dois, sem a necessidade de reunir sua comissão de avaliação.

Os novos prédios da Procuradoria não tiveram a aprovação de Lúcio Costa, que discorda da construção do conjunto de duas torres de seis andares nos fundos do Congresso Nacional.

— Pedi que parassem a obra, mas não quiseram — disse.

Para os administradores dos recursos públicos em Brasília, o monopólio de Niemeyer é inquestionável. O Tribunal de Contas da União (TCU), encarregado de fiscalizar o uso das verbas públicas, encomendou um projeto de R\$ 338 mil para transformar as varandas de seu edifício-sede em escritórios. Niemeyer já recebeu R\$ 254 mil, segundo registro do Siafi. Também sem licitação. O diretor de administração do TCU, Antônio José Trindade, explica:

— Se a gente fizer licitação, nunca vai ser do jeito que a gente espera. Não diria que o monopólio do Niemeyer é questionável.

Na lista de órgãos que contrataram os serviços de Niemeyer estão ainda o Supremo Tribunal Federal (STF), a Câmara dos Deputados e o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em nenhum dos projetos houve concorrência. O presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Sérgio Roberto Parada, disse que as obras de Niemeyer integram a paisagem urbana com o horizonte sempre azul da cidade, mas criticou o monopólio do arquiteto.

— Nem tudo em Brasília deveria ser feito pelo escritório do Oscar. Queremos democratizar os projetos, através de concurso público — disse Parada.

O deputado Augusto Carvalho (PPS-DF), amigo e ex-companheiro de partido de Niemeyer, disse ter ficado preocupado com os números do Siafi, levantados por técnicos de seu gabinete.

— Já me perguntaram se eu ia

bater no meu velho camarada comunista. Respeito o Niemeyer, a genialidade dele, mas os recursos públicos são escassos e há novos talentos na arquitetura querendo mostrar trabalho — disse.

Niemeyer se recusou a comentar as divergências de Lúcio Costa a respeito dos novos prédios. O arquiteto também não quis fazer comentários sobre os recursos que vem recebendo do Governo federal.

A um amigo, porém, Niemeyer escreveu carta dizendo que em todos os casos a remuneração que recebe do Governo estão incluídos projetos de concreto, eletricidade, hidráulica, ar-condicionado e acústica. Niemeyer argumenta que muitas vezes conta com a colaboração de colegas por ele convidados e que pessoalmente fica com 15% do total pago. Nesse caso, ele ficaria com R\$ 2.100,00 por dia, em média. ■